

O MOVIMENTO PROFISSÃO DOCENTE E O CONSENSO POR FILANTROPIA: POLÍTICAS PARA A DOCÊNCIA EM DISPUTA NO BRASIL

RAQUEL PERES MACÉDO¹; SIMONE GONÇALVES DA SILVA²

¹*Universidade Federal de Pelotas – raquelmacp@outlook.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – silva.simonegon@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, realizada com apoio da Fundação de Amparo à pesquisa no Estado do RS (FAPERGS), tem como objetivo responder ao seguinte questionamento: qual a principal estratégia utilizada pelos atores privados do terceiro setor para a implementação de projetos neoliberais na educação pública no âmbito da profissão docente no Brasil? Busca-se, portanto, compreender como o terceiro setor tem se mobilizado para garantir a legitimidade de suas ações diante o Estado e a sociedade neste campo, a partir da investigação da atuação do Movimento Profissão Docente (MPD).

Inserida no contexto de introdução do paradigma da Nova Gestão Pública (NGP) na América Latina, a experiência brasileira de reestruturação da administração pública, por meio das reformas dos anos 90 durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), elegeu a educação como uma das áreas estratégicas para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, a redefinição do papel do Estado frente às políticas sociais em consonância com uma perspectiva de globalização política e crescimento macroeconômico, estava permeada pelo argumento de que a transposição de práticas e concepções gerenciais empresariais seria necessária para superar uma gestão pública lida como ultrapassada, ineficaz e desnecessariamente burocrática (PEREIRA, 2014). Entendido, então, como um ente primordialmente regulador, em que suas ações devem ser catalisadoras na atração de recursos privados para a área, o Estado se retira quanto garantidor de direitos sociais e passa a dar cada vez mais espaço ao segundo e terceiro setor.

Vale destacar que a inserção do referido modelo de administração foi continuado nos governos de Luís Inácio “Lula” da Silva (2003 – 2010), Dilma Rousseff (2011 – 2016) - com algumas divergências - e aprofundado nos governos seguintes de Michel Temer (2016- 2018) e Jair Bolsonaro (2018 – 2022). Fato este que expõe a amplitude das reformas neoliberais que se mantém de forma independente a localização política e ideológica dos governos.

A despeito do foco desta pesquisa, o terceiro setor, comumente entendido como a “sociedade civil” organizada via instituições privadas com atuação na esfera pública, em verdade é um conceito que pouco dialoga com a teoria gramsciana e que adquire uma polissemia estratégica no projeto neoliberal (MONTAÑO, 2002) posto em prática na América Latina a partir da NGP e da globalização. Segundo Montaño (2002; 2004), a intervenção estatal pela hegemonia neoliberal por meio do terceiro setor reduz a “sociedade civil” a um papel alienado na luta de classes, enfraquecendo a reivindicação de direitos sociais e a responsabilização do Estado por estes. Por conseguinte, essa emergente nova forma de intervenção mira profissões centrais estruturantes na constituição do Estado quanto estado de direito, uma vez que são importantes implementadores de políticas públicas sociais. Impactada, portanto, por esse cenário, a profissão docente no Brasil tem sofrido com os resultados dos

processos de precarização, descentralização e mercantilização (MONTAÑO, 2004) que servem como justificativa para a orientação na produção de políticas por atores privados na educação.

2. METODOLOGIA

Em uma abordagem qualitativa com a utilização dos métodos de análise documental, bibliográfica e a netnografia, a pesquisa se concentrou nas atividades desempenhadas pelo Movimento Profissão Docente (MPD) diante o cenário das atuais reformas na educação no período entre 2017 e 2023.

Fundado em 2017, o MPD coloca-se como uma coalizacão de organizações do terceiro setor que tem como objetivo a valorização e fortalecimento da carreira docente no Brasil. Para tal, o movimento – composto pelo Instituto Península, Fundação Lemann, Itaú Social, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Movimento Todos Pela Educação e a Fundação Telefônica Vivo – atua em rede na construção de políticas sobre formação e carreira docente, assim como em ações diretas junto as escolas e secretárias para “ajudá-las a implementar iniciativas de impacto” (MOVIMENTO PROFISSÃO DOCENTE, 2023).

A fim de compreender as diferentes frentes de trabalho do movimento, foram analisados documentos de orientação de execução das novas políticas produzidos pela coalizacão. A escolha dos materiais está assentada na importância do entendimento das formas de construção das estratégias na dimensão objetiva e subjetiva, retratadas, respectivamente, nos relatórios de recomendação de políticas docentes para governos estaduais (2023) e para o Governo Federal (2023a), como também nas iniciativas de cunho específico, centralizada no livro “Professores em foco: 80 reflexões sobre a importância da profissão para o desenvolvimento do Brasil” (2022).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises apontam que a principal estratégia utilizada pelo Movimento Profissão Docente está assentada sobre o conceito de *consenso por filantropia* (TARLAU; MOELLER, 2020). Entende-se que a iniciativa da coalizacão trabalha com a lógica de evitação de conflitos nas disputas pelas políticas voltadas ao universo da carreira docente, mobilizando grandes quantias de recursos materiais, científicos, midiáticos e redes formais e informais para que as suas propostas ganhem caráter de aceitação ampla e homogênea em torno de bandeiras de interesse geral (qualidade da educação, valorização docente, formação continuada e etc).

Para tal, o MPD utiliza a transformação do debate político intrínseco a categoria em uma questão técnica, apontada por Tarlau e Moeller (2020) como uma manobra comum adotada por essas entidades. Exemplo expressivo dessa afirmação está presente na forma com que os documentos para os níveis de governo (federal e estadual) em que a fundamentação dada para as orientações partem do pressuposto de que a solução para problemas enfrentados nos cursos de licenciatura e pedagogia passam, prioritariamente, por reestruturações técnicas. Um dos argumentos utilizados está nos resultados de uma pesquisa comparativa entre os currículos de ensino superior do Brasil e Singapura. Contudo, em nenhum momento é mencionado que um dos maiores incentivos dados pelo Estado do país asiático é uma alta remuneração de professores,



medida que não se concretiza no Brasil e é uma das principais barreiras apontadas pelos profissionais para a valorização da carreira. Ao contrário, os documentos tendem a subestimar a necessidade de melhorias estruturais em detrimento do controle didático-pedagógico do exercício da função, lógica aparelhada às expectativas gerencialistas com base em medidas de austeridade fiscal em nome da eficácia – categoria constitutiva do tripé neoliberal eficácia, eficiência e efetividade.

Essa concentração na inherente legitimidade do posicionamento técnico desses atores na produção de respostas práticas e inovadoras, em verdade pode ser entendida como uma tentativa de simplificação de *wicked problems* (RITTEL;WEBBER, 1973) no campo das políticas públicas, como é o caso da educação, para que possam conduzir as tomadas de decisões sem a necessidade de se responsabilizar pelos efeitos negativos que possam surgir delas. Nessa lógica, os integrantes das *policy communites*, (BALL, 2007), isto é, uma expressão da governança em rede marcada pela institucionalização via *networking*, fortalecem essa perspectiva ao se apresentarem como “intelectuais orgânicos” – de sua classe e de seu poder econômico.

A produção de “Professores em foco: 80 reflexões sobre a importância da profissão para o desenvolvimento do Brasil” (2022) é uma iniciativa que ilustra a forma com que a coalização constrói a sua representação de “sociedade civil” nos termos da governança em rede.

Contando com cerca de 80 relatos, o livro, que se propõe quanto homenagem aos professores, possui somente a contribuição de 23 professores, sendo 13 de Ensino Superior e 10 da etapa de Ensino Básico. Em contrapartida, a presença de gestores é significativa. São 39 gestores, divididos em 29 gestores privados e 10 gestores públicos, tendo em cada uma das categorias, a aparição de um professor. Do total de gestores privados, 21 integram ou colaboram, em nível de gestão ou participação, instituições, movimentos e organizações do Terceiro Setor voltadas para a educação. Ademais, é interessante observar que na produção, Luciano Huck, empresário, gestor e apresentador, é anunciado como jornalista especialista em educação.

Apesar de veicular que o livro é resultado de contribuições de múltiplos setores da sociedade e que os artigos contam com a visão particular dos autores e não das instituições que representam, a predominância de gestores em detrimento de profissionais docentes em um material supostamente produzido para a categoria, indica, como afirmado anteriormente, um deslocamento do debate a favor da governança empreendida pelo MPD. Destaca-se, novamente e por fim, o gerencialismo como prática neoliberal de deslegitimação e reconstituição do papel docente.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se, enfim, que a estratégia predominantemente empreendida pelo MPD, coalização do terceiro setor, é o consenso por filantropia. A exemplo desse movimento, a implementação de projetos neoliberais na educação pública tem obedecido a essa lógica em consonância com as ações de construção e fortalecimento da governança em rede com outras instituições, via *policy communites*, que, mesmo com frentes de trabalho diferentes, possuem objetivos semelhantes alinhados ao modelo de NGP. Para tal, na prática não atua no campo das políticas públicas educativas de forma impositiva. Na realidade, disputam a hegemonia das decisões através da concordância na superação dos

problemas por (supostas) soluções técnicas – que, como rede formada inicialmente por empresas de oferta de serviços, são capacitados a formular e oferecer, ao contrário do burocrático Estado - (dimensão objetiva) e na introdução de imperativos neoliberais centralizados no gerencialismo (dimensão subjetiva).

Reduzidos a necessidade de adaptação à conjuntura desenhada pela atual disputa pela educação, professores e professoras em exercício ou formação, mesmo quando aparentes protagonistas nas propostas dessas instituições, presumivelmente figuram como peças na reificação – em termos marxianos - das relações humanas no sistema neoliberal. Cabe, portanto, questionar como desdobramento dessa pesquisa, qual(is) o(s) impacto(s) na prática e carreira docente das propostas, implementadas ou em fase de sugestão, do MPD, levando em consideração possíveis ações de contraposição ao consenso por filantropia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S. J. **Education plc**: Understanding private sector participation in public sector education. Abingdon, UK: Routledge, 2007.

INSTITUTO PENÍNSULA; PROFISSÃO DOCENTE (Org.). **Professores em Foco**: 80 reflexões sobre a importância da profissão para o desenvolvimento do Brasil. São Paulo: Santillana Educação, 2022.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, [S. I.], n. 8, p. 53–64, 2004.

_____. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOVIMENTO PROFISSÃO DOCENTE. **Profissão Docente**, 2023. Disponível em: <https://www.profissaodocente.org.br/nossa-historia>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PEREIRA, L. C. B. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**, [S. I.], v. 50, n. 4 (1999), p. p. 5-29, 2014.

PROFISSÃO DOCENTE; TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação Já Professores**: recomendações de políticas docentes para os governos estaduais, 2023. Disponível em:
https://www.profissaodocente.org.br/_files/ugd/1f15e7_ad22e8017d334fbe9abc4cd0a9da5da6.pdf . Acesso em: 10 ago. 2023.

PROFISSÃO DOCENTE; TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação Já Professores**: recomendações de políticas docentes para o Governo Federal, 2023a. Disponível em:
https://www.profissaodocente.org.br/_files/ugd/1f15e7_c79359e267144a7e8396b69abf26c3ae.pdf . Acesso em: 10 ago. 2023.

TARLAU, R.; MOELLER, K. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020.